

A educação jesuítica nos Sete Povos das Missões (séculos 17–18)

Eliane Cristina Deckmann Fleck*

109

Ao final do século 17, em decorrência dos conflitos de fronteira entre as monarquias ibéricas, os jesuítas espanhóis concentraram um grande contingente de indígenas já convertidos na região noroeste do Rio Grande do Sul, dando origem aos Sete Povos das Missões, que atingiram o auge de seu desenvolvimento na primeira metade do século 18.

Neste artigo abordamos a educação formal ministrada aos indígenas nas missões jesuíticas que integravam os Sete Povos, considerando não somente o período de sua consolidação, mas também o período que se seguiu à expulsão da Companhia de Jesus e à implantação do Diretório Pombalino.

As missões: origens e caracterização

Os primeiros missionários jesuítas chegaram ao Paraguai colonial por volta de 1610, para fundar aldeamentos cuja finalidade era a conversão dos indígenas¹ e a defesa da política expansionista espanhola na área do Rio da Prata. No período que

* Doutora em História, pela PUC-RS, e professora da graduação e pós-graduação em História. Unisinos, São Leopoldo, RS. E-mail: ecdfleck@terra.com.br.

¹ Segundo Arnaldo Bruxel (1987, p. 5), "é de estranhar o empenho dos missionários em introduzir, já em 1611 (um ano após a primeira fundação), o ensino primário, quando este ainda era um privilégio de poucos, mesmo na Europa, quanto mais na América. Era, porém, esta vontade do Rei que prescrevia escola de primeiras letras nos povos indígenas".

antecedeu a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, em 1680, as missões foram alvo de ataques constantes, tanto de parte de indígenas não convertidos quanto de bandeirantes luso-brasileiros.

No período compreendido entre 1680 e 1750 intensificaram-se os conflitos na área meridional sul-americana, o que determinou que os jesuítas espanhóis fossem acionados para defender a região, resguardando as fronteiras do Império espanhol, mediante a criação de sete novos aldeamentos na região da bacia do rio Uruguai: São Borja (1682); São Nicolau, São Miguel e São Luís Gonzaga (1687); São Lourenço (1691); São João (1697); e Santo Ângelo (1706).

Entendidos como “unidades políticas básicas sobre as quais se estruturava o Império” (Kern, 1979, p.66) ou como “obra de tanta monta como era fundar uma nova colônia” (Sepp, 1980 p. 220), esses aldeamentos se constituíram espaço alternativo às formas de exploração do trabalho indígena existentes, concentrando milhares de indígenas especializados em vários ofícios. Isso se deveu, em grande medida, à formação específica dos missionários jesuítas e às áreas em que atuaram mais decisivamente, tanto administrativas quanto artístico-intelectuais. Tipografia, escultura, pintura, tecelagem, metalurgia, música e canto foram apenas alguns dos setores que os missionários incentivaram nas missões de índios Guarani.²

Também denominados de reduções,³ os aldeamentos eram administrados por um ou dois jesuítas, contavam com até quatro mil indígenas e eram sempre construídos segundo um mesmo plano. O núcleo urbano de cada um dos Sete Povos distribuía-se em torno de uma praça central. No lado sul da praça alinhavam-se as oficinas, a escola, a igreja, o cemitério e a casa das viúvas e órfãos, o *cotiguaçu*. A escola⁴ era edificada em torno de um pátio central, com salas de aula, refeitório e cozinha, e estava destinada aos meninos que se alfabetizavam. Nas oficinas, os meninos aprendiam música e canto e dedicavam-se ao aprendizado de algum ofício.

Atrás da igreja se estendiam o pomar e a horta, onde os meninos aprendiam técnicas agrícolas e eram produzidos os alimentos que sustentavam os doentes e as mulheres viúvas. As moradias dos Guarani se erguiam do outro lado da praça e eram de pedra, com muros de um metro de espessura e cobertos com telhas. O aldeamento contava ainda com uma portaria, uma hospedaria, capelas, uma prisão e um relógio de sol.

² Seguindo a Convenção de 1953, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), utiliza-se a expressão “os Guarani” para a grafia de grupos indígenas, sem levar em consideração a flexão da língua portuguesa em gênero e número.

³ Cabe lembrar que os jesuítas visavam transformar os indígenas em seres *políticos* e *humanos*, concebendo que a única maneira de fazê-los levar uma *vida política e humana* era por meio da sua concentração em aldeamentos, nos quais poderiam adquirir um comportamento racional e analítico, bem como vivenciar uma *experiência política* que lhes possibilitasse ultra passar o estágio de *bárbaros e selvagens*.

⁴ As Instruções dadas aos missionários previam a fundação – tão logo se estabelecessem em algum lugar – de uma escola para a educação da juventude na vida cristã como um meio mais fácil, seguro e eficiente de atingir os adultos e de formar líderes indígenas aos quais pudesse ser confiada a administração das reduções.

A educação nas Missões: conhecimentos e habilidades

Os estudos relativos à educação formal nas missões jesuíticas não são muitos, e vários aspectos permanecem inexplorados.⁵ Apesar de as instituições educacionais jesuíticas serem reconhecidas, na Europa, por sua excelência, nas missões não foram instaladas escolas que observassem um ensino regular.⁶ De acordo com Kern (1982), o ensino nas reduções se limitou a algumas noções básicas de aritmética e à alfabetização, sendo ministrado para a elite dirigente,⁷ pois, com apenas dois missionários em cada missão, um sistema educacional intensivo e extensivo tornava-se impraticável. O historiador gaúcho Aurélio Porto (1954), por sua vez, ressalta que havia “escolas de ler, escrever e de música” nos Sete Povos, mas que os filhos da elite local eram orientados, na maioria das vezes, por indígenas artesãos que “demonstraram notável vocação para o ensino”.⁸ Já Furlong (1962) ressalta que nas missões foi também instituída uma “educação popular mediante o trabalho”, que consistia no ensino de noções e técnicas artesanais e que se diferenciava daquele ministrado para os filhos das lideranças indígenas. Segundo Bartomeu Melià (1995), os meninos e as meninas eram educados não somente em suas casas, mas também em escolas que consistiam basicamente em aprender a ler, escrever e contar. Para o mesmo autor, a alfabetização se dava em guarani, mas os indígenas aprendiam também a ler em espanhol e latim.⁹

A educação, enquanto prática formal de ensino e aprendizagem de conhecimentos e habilidades para diversos ofícios, mereceu uma atenção especial nas missões, contudo

⁵ Dentre os mais severos críticos ao ensino ministrado pelos jesuítas nas reduções destacam-se Felix de Azara (séc. 18), Blas Garay (séc. 19) e Alberto Rojas (séc. 20). Cada um deles, em seu tempo, ressaltou que apenas poucos indígenas tinham acesso à educação, que os jesuítas deram uma educação minimamente suficiente visando ao atendimento de determinados ofícios, ou, então, que o ensino ministrado era deficiente, já que se restringiu à educação pelo trabalho. As controvérsias em relação aos resultados obtidos e às modalidades de ensino e de formação dos indígenas apontam para a necessidade de novas investigações que discutam, sobretudo, a não obrigatoriedade do ensino da língua espanhola e o uso corrente das línguas nativas nas missões e reavaliem o papel da criação e da imitação na formação de habilidades.

⁶ Sobre este aspecto, vale destacar a afirmação do historiador jesuíta Guillermo Furlong (1984, p. 175-176): “Buena o deficiente, satisfactoria o no satisfactoria, fue la educación jesuítica la única que hubo en el Rio de la Plata, Tucumán y Paraguay, desde los primeros tiempos [...] hasta fines del siglo XVIII. Se podrán talvez criticar los métodos, condenar los procedimientos, hallar fallas en los programas, en textos o en las enseñanzas, pero la historia imparcial tendrá siempre que reconocer que cabe a la Compañía de Jesús, y solamente a ella, hacer abierto escuelas en todos nuevos centros de población [...]”, mas que “hemos de aseverar que al tiempo de la expulsión [os jesuítas] tenían más de medio centenar de escuelas y colegios” na região platina e, ainda, que “la cultura general en las reducciones era superior a la existente en las ciudades españolas.”

⁷ Embora prevaleça esta visão de um ensino elitista na historiografia produzida sobre as missões jesuíticas, dois registros que destacamos das Cartas Anuais, um do século 17 e outro do século 18, parecem acenar para uma maior flexibilidade no acesso à escola. A Ânuia de 1628 refere que “e muitos meninos de pouco mais de quatro anos vêm também e assim quase jamais falta gente” (apud Vianna, 1970, p. 70). Já o Pe. Cardiel (1984, p. 155-156), no século 18, observa que apesar de “os filhos dos caciques, dos cabildos, músicos, sacristãos, mordomos e oficiais de arte [...] estimados como nobres” irem à escola, “também se admitem os filhos de outros si o querem e pedem”.

⁸ Apesar de Aurélio Porto (1954, p. 71 e 74) afirmar – ao referir-se aos indígenas concentrados nos Sete Povos – que “o material humano [...] não era fácil de plasmar” e que após “dois séculos de seu contato inicial com os jesuítas [...] apresentavam as mesmas características de origem”, eram preguiçosos, imprevidentes e mantinham instintos primitivos e bárbaros, não descuida de observar que “não obstante essa incapacidade do silvícola rio-grandense de se dirigir por si próprio, ficavam na história das Missões, documentos impecáveis que atestam qualidades superiores de inteligência [...]”, pois “embora lhe faltasse o engenho criador, tinha o índio, em alto grau, desenvolvidas suas faculdades de imitação”.

⁹ De acordo com a Cédula Real de Felipe II, de 1596, renovada em 1634, 1686 e 1690, os missionários deveriam encaminhar – usando de métodos suaves – os indígenas para o ensino da língua espanhola, atendendo, especialmente, àqueles que a quisessem aprender. As Instruções do Pe. Diego de Torres Bollo, de 1609-1610, também orientam os missionários a que ensinarem os neófitos das reduções a ler, escrever (em espanhol e em latim), a cantar e a tocar instrumentos. Cabe lembrar que, ao aprenderem a ler e a escrever em espanhol e em latim, as crianças indígenas se tornavam mais aptas a participar – de forma mais efetiva – da catequese e do ritual da missa. De acordo com Maxime Haubert (1990, p. 259-260), apesar de as crianças indígenas aprenderem a ler e a escrever em espanhol e em latim, não lhes era estimulada a compreensão e a fala nestas línguas, o que parece ter suscitado críticas aos jesuítas e especulações em torno de suas motivações.

constata-se que ela consistiu bem mais na formação de hábitos,¹⁰ na qualificação profissional e na aprendizagem da doutrina visando à inserção efetiva dos indígenas em práticas religiosas que eram cumpridas em locais e horários bem regulamentados.¹¹

Se, por um lado, a educação nas missões de índios Guarani se inscrevia nos modelos europeus de instrução formal vigentes à época, por outro, se distanciava deles pelas particularidades do contexto colonial e de sua orientação para a civilização-conversão, determinando uma “pedagogia” bastante original.¹²

Dentre os documentos fundantes da Companhia de Jesus, destaca-se a Fórmula do Instituto, de 27 de setembro de 1540, na qual Inácio de Loyola (1975, p.19) determinava: “[...] que o homem é levado a poder vencer-se a si mesmo e assegurar sua forma de vida de aficções prejudiciais pela educação do corpo e do espírito” e recomenda “os estudos de humanidades, o ensino superior, a formação técnica e as artes manuais e mecânicas, pois o que sustenta a fé é a educação das gerações em suas virtudes”.

A Bula *Regiminis Militantis Ecclesiae*, aprovada pelo Papa Paulo III, estabeleceria que

Esta [Companhia] foi instituída principalmente para o aperfeiçoamento das almas na vida e na doutrina cristãs, e para a propagação da fé, por meio de pregações públicas, do ministério da palavra de Deus, dos Exercícios Espirituais e obras de caridade, e nomeadamente pela formação das crianças cristãs e dos rudes [...]. (Loyola, 1975, p. 19).

112

Atendendo ao estabelecido pela Bula Papal, as Constituições da Companhia de Jesus, redigidas por Inácio de Loyola, reiteravam o ensino da doutrina à infância cristã e ressaltavam a relevância desta experiência na formação de um jesuíta: “A quinta [experiência] consiste em expor publicamente, às crianças e a outras pessoas incultas, toda ou parte da doutrina cristã, ou ensiná-la em particular, conforme se oferecer a ocasião, e parecer no Senhor mais prático e mais adaptado” (Loyola, 1975, p. 52).

A *Ratio Studiorum*,¹³ por sua vez, previu um programa de formação e um método de ensino moral, intelectual, religioso e disciplinar que estabeleceu os parâmetros para a educação do corpo e do espírito nos colégios jesuíticos europeus, nos quais os jesuítas estudavam, durante quatro anos, Gramática, Humanidades (Retórica, Geografia e História) e a língua dos nativos da região para onde seriam destinados. Seguiam-se os Cursos de Filosofia e Ciências e de Teologia e Ciências Sagradas, além do desenvolvimento de habilidades artísticas e de algum ofício.

¹⁰ Este aspecto fica bem evidenciado na afirmação do historiador jesuíta Guillermo Furlong (1984, p. 449) de que os jesuítas obtiveram três vitórias sobre os indígenas concentrados nas missões: o fim das bebedeiras, da poligamia e da ociosidade, através de uma “educación mediante el trabajo” que estimulou inclinações e eliminou a ociosidade e a apatia dos indígenas.

¹¹ A preocupação com o aprendizado da leitura pelas crianças foi registrada na Ânua de 1627, cujo relator remeteu para a sua importância: “A escola de ler que se construiu tem se conservado embora com poucos os quais vão lendo somente e sabem já muitos responder a missa [...]” (apud Vianna, 1970, p. 70).

¹² Estes aspectos podem ser constatados na referência que o relator da Ânua de 1627 faz ao ensino ministrado na escola: “[...] e agora se vai multiplicando a escola com mais ordem, de tudo se vai introduzindo pouco a pouco e com muita paciência por faltar açoite, sem o qual parece que é impossível poder-se criar a juventude e particularmente a que tem tão grande parte de animal e tão pouco de racional como esta” (apud Vianna, 1970, p. 70).

¹³ Tratado jesuítico sobre educação, definitivamente aprovado em 1599, e que consistia num código de regras minuciosamente prescritas.

Observando, portanto, criteriosamente o previsto pelos documentos que regulavam a Companhia de Jesus, os jesuítas dedicavam-se a dominar “todas as potências do corpo e da alma”, para então, “submetê-las ao império da razão, a fim de que esta se curve ante a vontade de Deus” (Ullmann, 1991, p. 218).

Os jesuítas concebiam o ser humano como um ser dotado – por natureza – de uma personalidade inacabada e tosca, mas em eterna evolução, já que o corpo degenerava, mas a alma era eterna. Os índios foram, em razão desta concepção, considerados em um nível evolutivo ainda mais primário, mas por serem tidos como páginas em branco poderiam ser supostamente “preenchidas” com mais facilidade, tendo suas almas aprimoradas.

A princípio, os missionários compararam os índios a crianças e, em diversos relatos, como os de Antônio Ruiz de Montoya e de Anton Sepp, foram ressaltados a ingenuidade, o entendimento rudimentar e a extrema facilidade que tinha o demônio de penetrar naqueles corpos tão receptivos às artimanhas do Mal. Coerentes com as prescrições constantes nos documentos fundantes da Companhia de Jesus, os missionários instavam os indígenas a andarem decentemente trajados, convenientemente limpos e com os cabelos bem aparados e a habitarem em casas destinadas para cada família, a fim de evitarem a promiscuidade do convívio comunal.

Apesar de a política de aldeamentos visar a um maior controle sobre os hábitos e os costumes tradicionais dos indígenas, os missionários constantemente manifestavam suas preocupações, como o Pe. Sepp deixa entrever ao constatar que “[...] se ainda não conseguimos torná-los homens, como poderíamos já tê-los transformado em cristãos?” Também o Pe. Cardiel (1984) queixava-se de que, apesar de todos os esforços, os Guarani adultos nas missões conseguiam, no máximo, se equivaler a uma criança européia de 5 ou 7 anos, e *em estado selvagem* esta capacidade nunca superaria a de uma criança européia de 3 ou 4 anos. Tais percepções sobre os índios Guarani acabaram determinando uma ênfase numa *pedagogia do comportamento* que previa não só o ensino de padrões de conduta social e higiene, mas que recomendava a prática de castigos e o uso de açoite em filhos e alunos desobedientes.

Especificamente em relação às crianças indígenas, os jesuítas as referem como “anjos inocentes”, como “o bem e o remédio daquela terra” e como promessa de êxito para o projeto jesuítico (Brigidi, 2005), já que manifestavam predisposição para os ensinamentos da fé, aprendendo rapidamente a doutrina e agindo conforme os ensinamentos dos missionários nas congregações, nas escolas e nos corais de cantores.¹⁴

A música e o canto não integravam, a princípio, as estratégias missionais da Companhia de Jesus, sendo ensinados como algo secundário, já que Loyola acreditava

¹⁴ A ênfase dada à formação das crianças encontra-se embasada na noção de passividade própria da infância e insere-se nas estratégias missionárias jesuíticas, decorrendo das preocupações em relação à resistência à conversão e ao retorno às pautas tradicionais pelos adultos, como fica evidenciado neste registro da *Ánua de 1634*: “Tem posto muitos cuidados [...] e muito mais no ensino dos meninos e meninas de quem depende a Cristandade futura, criando-lhes desde pequeninos no leite da fé, para que duvidem de todos os ressábios de seus antepassados” (apud Vianna, 1970, p. 83). De acordo com Furlong, os caciques, na maioria das vezes, encaminhavam seus filhos aos missionários, para serem batizados e instruídos, e que estes, ao retornarem às suas famílias, tornavam-se mestres dos próprios pais, ensinando as práticas religiosas que os padres lhes haviam ensinado.

que a música distraía os sentidos, atrapalhando as atividades dos missionários. Ao longo do século 16, contudo, as normas restritivas quanto ao uso da música e do canto foram sendo amenizadas, e os jesuítas desenvolveram diferentes formas de teatro, cantos e danças com fins doutrinários.¹⁵

A partir do século 17, a música se tornou instrumento eficaz para atrair os indígenas, e os missionários se aproveitaram de sua inclinação natural para introduzir formas de expressão consideradas mais harmônicas e convenientes às práticas e rituais cristãos. Este aspecto fica bem evidenciado em um registro do Pe. Sepp ([1691], 1980, p. 248), da segunda metade do século 17, e que revela a continuidade desta estratégia para a conversão dos Guarani:

[...] assim que os primeiros padres perceberam a possibilidade de se poder cativar este povo bárbaro pelas harmonias do canto, e que a maior parte deles ficava como que embevecida, convencionaram entre si que haviam de ser condescendentes à inclinação natural dos bugres, isto é, haviam de arrebanhá-los no grêmio da santa Madre Igreja, haviam de reuni-los nas reduções e os haviam de amansar pouco a pouco por meio da música.

Os investimentos feitos na formação musical das crianças parecem ter sido satisfatórios, já que os missionários registraram que os cantos por elas entoados atraíram mais fiéis às missas e abrilhantaram as festas religiosas e as recepções às autoridades civis e eclesiásticas em visita às missões. Este êxito se deveu, em grande medida, ao fato de os Guarani apreciarem a dança e a música, valendo-se tradicionalmente de inúmeros cantos e de danças para pedir vida longa e fartura nas caçadas. Sabe-se que o único instrumento musical que empregavam era uma flauta de bambu, com a qual imitavam os sons da floresta. A documentação jesuítica, contudo, registrou e enalteceu a vocação artística que os índios Guarani revelaram nas missões, ao integrarem orquestras e ao confeccionarem instrumentos musicais. Todas as missões tiveram coros e bandas de música, inclusive com instrumentos de cordas, contando com 30 ou 40 músicos.

Na redução de San Ignácio funcionou um dos primeiros conservatórios de música, que contou com seus próprios cantores e instrumentistas, com destaque para violinistas, flautistas e organistas. Gradativamente os indígenas começaram a fabricar seus próprios instrumentos, sob a direção de grandes profissionais jesuítas, como o já mencionado Pe. Sepp, que construiu em Candelária o primeiro órgão de madeira da América, e em Yapeyu, as primeiras harpas indígenas.

A rotina nas reduções

A rotina da redução se iniciava ao nascer do sol, com as orações matinais, e se estendia até às 5 horas da tarde, quando então aguardavam a “Hora do Angelus” para rezarem novamente e seguirem para o descanso noturno. De acordo com Rabuske,

¹⁵ Segundo o historiador jesuíta Bruxel (1987, p. 79), “não se deve esquecer que o trabalho artístico dos índios [...] visava à educação religiosa mediante ocupações que elevassem a mente e os valores do espírito. A finalidade primordial era tornar sensíveis e palpáveis as verdades da fé e os preceitos da moral, para instruir a mente e formar o coração”.

ao clarear do céu no horizonte, despertavam os Guarani reduzidos ao repique dos sinos e ao rufo dos tambores. Todas as crianças e adolescentes de sete anos até a idade de se casar eram reunidos e levados para diante da igreja. Os meninos perfilavam-se de um lado, as meninas, do outro. Duas crianças recitavam orações, repetidas em coro pelos companheiros orientados por catequistas índios. Em seguida, dirigiam-se à missa que contava com a livre participação de muitos adultos. Ao saírem do templo, as crianças recitavam algumas preces e recebiam o seu desjejum, que constava de carne cozida ou um prato de milho. Depois começava o trabalho, com uma jornada de seis horas diárias, e as crianças eram distribuídas em várias ocupações. Os pequenos, com idade entre cinco e sete anos, ficavam diante da igreja aos cuidados de um ancião desocupado e devoto que lhes ensinava a fazer o sinal da cruz e a recitar preces.

Como já mencionado, alguns meninos, especialmente os filhos dos caciques, de magistrados e funcionários e sacristãos, freqüentavam a escola de primeiras letras, nas quais aprendiam a fazer contas,¹⁶ a ler e a escrever – não apenas em guarani, mas também em espanhol e em latim – e tinham aulas de canto, música e dança¹⁷ (Rabuske, 1981, p. 73-75). Após esse ensino rudimentar, alguns meninos que demonstravam vocação para o canto, para a música ou para a dança eram admitidos numa escola mais especializada, e aos que demonstravam alguma aptidão pessoal eram oferecidos cursos profissionalizantes em oficinas.

Todos os meninos que não eram estudantes, aprendizes ou membros do coro eram destinados, após a missa, a trabalhos comunitários, que eram também realizados por meninas zelosamente vigiadas e separadas dos meninos. Ao final da tarde, as crianças e os jovens eram reunidos para o catecismo e para a recitação de preces, sendo-lhes cobrado o conhecimento e a memorização, que eram recompensados em caso de acerto.

O ensino dos ofícios: formando artesãos, músicos e cantores

Nos anos iniciais, as oficinas contavam apenas com o essencial, sendo muito incompletas. Tinham somente o indispensável para suprir as necessidades básicas da redução e possibilitar o aprendizado dos Guarani. As oficinas missionárias localizavam-se no pátio ao lado do claustro dos padres, também conhecido como pátio dos artífices, que, por sua proximidade da residência dos jesuítas, possibilitava um controle freqüente.

O aprendizado de ofícios ministrado aos Guarani consistia no *ensino pela prática*, do que decorria a rápida assimilação, devida, em grande medida, a uma grande capacidade de imitação para a execução de trabalhos manuais. Com o passar dos anos, os jesuítas, auxiliados pelos irmãos coadjutores, contariam com o auxílio de alguns índios – denominados alcaides – na instrução dos ofícios aos demais.

¹⁶ Segundo Furlong (1984, p. 466), os meninos indígenas fizeram notáveis progressos em Aritmética e, para não esquecê-los, aos domingos repetiam a tabuada inteira, logo após o serviço religioso.

¹⁷ Vale lembrar que a Companhia de Jesus reconhecia o papel preponderante que a harmonia, em suas mais diversas manifestações, desempenhava para a "formação de homens de espírito sereno e critério harmônico" (Furlong, 1984, p. 125).

Cada ofício possuía o seu próprio alcaide-fiscal que controlava o trabalho nas oficinas e ensinava os aprendizes. Os Guarani que não apresentassem destreza em algum ofício recebiam a denominação de *abaguaipí* que significava “homem mandado ou criado”, “homem desocupado e sem valor”, o que aponta para a importância dada às habilidades manuais – entre os próprios Guarani – nas missões. A organização do trabalho, principalmente a existente nas oficinas, guarda grande semelhança com a existente no medievo europeu, apresentando uma estrutura hierárquica de aprendizes, oficiais e mestres (alcaides) e mantendo a propriedade comunal das ferramentas de trabalho.¹⁸

De acordo com Furlong, as meninas com idade até 12 anos freqüentavam a escola – em separado dos meninos –, aprendendo a ler e a escrever, a tecer e a cozinhar. A divisão sexual do trabalho foi mantida nas missões, e as mulheres foram excluídas dos trabalhos nas oficinas missionárias, cabendo a elas os trabalhos de horticultura, cozinha, cerâmica e tecelagem.

Por meio do ensino ministrado nas escolas das reduções, os jesuítas empregaram eficientemente uma “política de aproveitamento de talentos”, valorizando as aptidões e encaminhando os indígenas para as mais variadas funções nas reduções, orientadas para o ‘bem comum’. Sempre houve, por parte dos missionários, a preocupação em capacitar os Guarani sob sua tutela, introduzindo nas reduções uma concepção bastante moderna de trabalho e de técnicas produtivas. Todos nas reduções tinham alguma função, inclusive velhos e crianças, pois além dos trabalhos na terra, produziam instrumentos, utensílios e roupas nas oficinas (Neumann, 1996).

Os conhecimentos artísticos e culturais dos missionários e os talentos de alguns índios resultaram em igrejas decoradas com esculturas de madeira policromada e telas pintadas a óleo,¹⁹ com relevos exteriores em arenito que geralmente representavam motivos religiosos ou elementos da flora e fauna nativas.

Verdadeiros talentos surgiram entre os Guarani, especialmente tecelões, escultores, pintores, metalúrgicos e impressores. O mais surpreendente talvez tenha sido a criação da primeira gráfica, na Redução de Loreto, em 1700, pelo Pe. Serrano e pelo Pe. Neuman, e na qual foram impressas as obras *Martirologio romano* e *A diferença entre o temporal e o eterno*, bem como numerosos outros livros, calendários, tabelas astronômicas, partituras de canto e peças teatrais. Todos os aldeamentos possuíram biblioteca, já que os jesuítas sempre traziam entre seus pertences alguma obra literária clássica latina ou grega. Essas bibliotecas instaladas nas reduções chegaram a contar com centenas de obras da literatura espanhola e universal, contemplando gêneros como romances, autos, dramas, poesias, comédias, tragédias, odes e aventuras, além de livros de história.

¹⁸ De acordo com Jaeger (1968, p. 13 e 15), nas reduções missionárias se desenvolveram todas as artes mecânicas da época mediante o “tino pedagógico admirável” dos jesuítas, o que pode ser constatado nos registros feitos pelos próprios missionários e, posteriormente, nos inventários feitos pelas autoridades luso-espanholas após a expulsão da Companhia de Jesus em 1768.

¹⁹ Segundo o historiador jesuíta Pablo Hernández (1913, p. 85-86), nas artes delicadas havia duas dificuldades: a primeira era a falta de pigmentos de boa qualidade para as pinturas e de instrumentos que eram bastante escassos; a segunda era a limitada capacidade dos indígenas, o que os transformava em meros imitadores orientados “bajo la dirección de los jesuítas”.

A expulsão dos jesuítas e o fim das Reduções

Em 1750, o Tratado de Madrid determinou novos limites na região platina. Pelo novo acordo, a Espanha propunha a troca da Colônia do Sacramento pelo território localizado à margem oriental (esquerda) do Rio Uruguai, onde se localizavam os Sete Povos das Missões. O Tratado previa que os habitantes dos Sete Povos – em torno de 30 mil índios – deveriam abandonar suas roças, ervais e construções, migrando para o oeste da região, levando apenas seus pertences e gado. As exigências do Tratado e as tentativas de sua efetivação provocaram não só uma transmigração fracassada e uma violenta guerra, a chamada Guerra Guaranítica (1754-1756), como também o aliciamento de centenas de famílias Guarani por parte dos portugueses. O interesse das autoridades luso-brasileiras nos Guarani missioneiros advinha da necessidade de povoar e defender o território que vinha sendo incorporado ao Império português pelo Tratado de Madri.

Concomitantemente, na Europa e na América ganhava destaque uma campanha de difamação contra os jesuítas, acusados de suscitar a Guerra Guaranítica, de conspirarem contra a Monarquia visando à instauração de uma república independente, de não exigirem dos indígenas o uso da língua espanhola e de fazê-los trabalhar exclusiva e excessivamente para a Companhia de Jesus. O ímpeto dos detratores foi tal que o imperador espanhol Carlos III assinou o decreto de expulsão dos jesuítas, aprovado pelo papa Clemente XIV no dia 27 de fevereiro de 1767.

Em face da expulsão, os povoados missioneiros passaram ao encargo de administradores civis que não deram continuidade ao sistema reducional jesuítico. Muitos indígenas foram levados para outras regiões ou abandonaram suas terras tradicionais, e, gradativamente, a região foi sendo despovoada e os aldeamentos missionários entraram em decadência. A eclosão de novos conflitos entre Portugal e Espanha, ao longo das décadas de sessenta e setenta do século 18, forçou a transferência de famílias de Guarani – cerca de 3.500 índios – para a Aldeia Nossa Senhora dos Anjos, na região de Viamão, Rio Grande do Sul. Este aldeamento esteve orientado para a integração do indígena à sociedade colonial e para a efetivação de uma colonização dentro dos padrões portugueses. Mas para que os Guarani realmente pudessem servir aos interesses da Metrópole e se tornassem úteis ao sistema colonial, deveriam não somente perder as características a eles atribuídas – de “brutos” e “indolentes” –, como deveriam ser civilizados, “aportuguesados” a partir das orientações constantes no Diretório Pombalino.²⁰

O programa de civilização dos indígenas instalados na Aldeia Nossa Senhora dos Anjos foi implantado por meio das orientações dadas a seu Diretor e consistiu na proibição do uso da língua indígena, que havia sido até então preservada nos povoados

²⁰ O Diretório consistiu em regulamentação que orientou a formação de aldeamentos indígenas após a expulsão dos jesuítas e previa estratégias de aculturação para a inserção do indígena na sociedade colonial. Segundo o Marquês de Pombal, os indígenas se encontravam em “lastimosa rusticidade e ignorância, com que até agora foram educados” e não tinham “a necessária aptidão que se requer para o Governo”. Contrastando frontalmente com a educação e a formação profissional que lhes haviam sido ministradas pelos jesuítas, o Diretório estabelecia a proibição do uso da língua indígena e a obrigatoriedade da língua portuguesa nas escolas de meninos e meninas.

missioneiros, e no estabelecimento de duas escolas em todas as povoações, uma para meninos, outra para meninas. Transformadas em internatos, a partir de 1777, essas escolas – embora não apresentassem uma rotina muito distinta – previam um ensino que se distanciava de maneira significativa daquele que era ministrado nas missões jesuíticas:

Ao nascer do sol e antes se levantarem e depois de se lavarem e pentearem rezarão as suas devoções e almoçarão. As oito horas do dia irão para a escola aonde se conservarão até as onze ocupando-se em aprender a falar português, a ler, escrever e argumentar. [...] todo menino que em qualquer ocasião falar a língua guarani será castigado e todo que acusar terá um perdão.²¹

Nos Recolhimentos – diferentemente dos meninos –, as meninas recebiam formação cristã e aprendiam, essencialmente, as lides domésticas e os costumes lusos, fundamentais para o êxito da política de incentivo aos casamentos inter-étnicos prevista pelo Diretório Pombalino. À proibição do uso da língua de origem e ao aportuguesamento dos nomes dos indígenas se somaram prescrições sobre o vestuário (pelo uso obrigatório de vestidos decorosos e decentes) e sobre as moradias (que deveriam ser à semelhança das dos lusos) e que previam a diluição dos Guarani na sociedade colonial (Langer, 1997, p. 81-82), o que divergia profundamente do projeto jesuítico de aldeamentos e das estratégias empregadas para a conversão e para a civilização dos indígenas.

Considerações finais

Alvo das contestações dos iluministas no século 18 e de questionamentos de pedagogos nos tempos atuais, a educação ministrada nas missões jesuíticas constituiu-se, ao mesmo tempo, recurso e indicativo de êxito do projeto evangelizador e civilizador jesuítico, prevendo, além da catequese, a formação intelectual, técnica e artística dos indígenas, por meio da frequência a escolas e do trabalho em oficinas.

A opção de manter os indígenas a salvo da sociedade colonial e da total descaracterização identitária – considerando suas inclinações artísticas e suas tradicionais formas de expressão oral – não encontrou continuidade no programa pedagógico previsto pelo Diretório Pombalino. A proibição do uso da língua indígena e o estímulo às relações inter-étnicas por ele previstos desencadearam o processo irreversível de decadência das missões jesuíticas.

Referências bibliográficas

BRIGIDI, Bianca Hennies. *Anjos rebeldes: desvios dos modelos de discurso missionário sobre a conversão das Crianças Guarani (século XVII)*. Dissertação

²¹ Regimento da Aldeia dos Anjos. (Langer, 1997, p. 11).

(Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), 2005.

BRUXEL, Arnaldo. *Os trinta povos Guaranis*. 2. ed. Porto Alegre: EST, Nova Dimensão, 1987.

CARDIEL, José. *Compendio de la Historia del Paraguai (1780)*. Buenos Aires: Fundación para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 1984.

FURLONG, Guillermo. *Misiones y sus pueblos de Guaranies*. Buenos Aires: Ediciones Theoria, 1962.

HAUBERT, Maxime. *A vida cotidiana: índios e jesuítas no tempo das Missões*. São Paulo: Cia. das Letras/Círculo do Livro, 1990.

HERNÁNDEZ, Pablo, SJ. *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesus*. Barcelona: Gustavo Gili Editores, 1913.

JAEGER, Luís Gonzaga, SJ. *Índios riograndenses civilizados pelos antigos jesuítas*. In: ENCICLOPÉDIA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Sulina, 1968. v. 1.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

LANGER, Protásio Paulo. *A aldeia Nossa Senhora dos Anjos*. Porto Alegre: EST Edições/Correio Riograndense, 1997.

LOYOLA, Inácio de. *Constituições da Companhia de Jesus*. Lisboa: [s.n.], 1975.

MELIÀ, Bartomeu; NAGEL, Liane Maria. *Guaranies y jesuitas en tiempo de las Misiones: una bibliografía didáctica*. Santo Ângelo: URI, Centro de Cultura Missioneira; Asunción: Cepag, 1995.

NEUMANN, Eduardo. *O trabalho guarani missioneiro no Rio da Prata colonial (1640-1750)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

PORTO, Aurélio Afonso. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Selbach, 1954.

RABUSKE, Arthur, SJ. O modelo educacional das reduções jesuíticas guaranis. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIRO, 4. Santa Rosa, RS. *Anais...* Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1981. p. 58-79.

SEPP, Padre Antonio. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

ULMANN, Reinholdo Aloysio. *Inácio de Loyola*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1991.

VIANNA, Hélio (Org.). *Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970. (Manuscritos da Coleção De Angelis, v 4).

120

Em Aberto, Brasília, v. 21, n. 78, p. 109-120, dez. 2007.